

A INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO SOCIAL NA EDUCAÇÃO A PARTIR DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS (CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS)

Josier Ferreira da Silva¹

Universidade Federal do Ceará – josiers@hotmail.com

Os Papel dos Círculos Operários e Operacionalização da Educação e da Cultura sob a Orientação do Catolicismo Social no Brasil

Preconizado pelo padre francês Robert de Laménais (1782-1854), o catolicismo social ou socialismo cristão consiste na ação política da Igreja católica na defesa da reforma do capitalismo para a humanização da sociedade como forma de impedir a exploração dos trabalhadores. Defendia a ampla distribuição da propriedade privada, contudo, rejeitava o socialismo revolucionário e as mudanças estruturais da sociedade capitalista.

O catolicismo social foi legitimado a partir da encíclica *Rerum Novarum*, (das coisas novas) de 1891, lançada pelo papa Leão XIII. A sua influência no Brasil se faz presente até aos dias atuais, integrando os discursos das lideranças classistas e normalizando as relações trabalhistas, assistenciais e previdenciárias.

No Brasil o catolicismo social foi intensificado a partir da década de 1930, através dos movimentos da *Ação Católica*, que representavam a sociedade organizada por categorias sob a intervenção e orientação ideológica da Igreja hierarquizada. Nesse sentido a Educação emerge como uma condição necessária à operacionalização das idéias e difusão dos novos valores do catolicismo junto ao operariado urbano, através dos Círculos Operários Cristão, em contraponto ao liberalismo e ao comunismo.

As pesquisas sobre a ação educativa dos Círculos Operários Cristão remetem à análise historiográfica da experiência da intervenção da Igreja no mundo do trabalho no Brasil. O desenvolvimento e a consolidação do capitalismo, respectivamente nos séculos XVI e XVIII, evidenciou a na economia política uma nova concepção teórica sobre o trabalho enquanto fonte de riqueza, preconizada por Lock, Adam Smith e Karl Marx. (ARENDR, 1993). Nesse contexto a sociedade industrial condicionou o homem a passar mais tempo no exercício da atividade produtiva onde a disciplina, organização do trabalho e a moralidade imposta pela burguesia no seio da classe operária passaram a ser característica da modernidade.

A disciplina, a organização do trabalho e a moralidade imposta pela burguesia à classe operária deve ser entendida

como resultante da sociedade industrial, da modernidade que condiciona o homem a dedicar maior tempo da sua vida à atividade produtiva. Assim, a Igreja Católica é concebida como uma instituição contemporânea desse processo histórico que se projeta nessa dinâmica, e ao final do século XIX, se articula politicamente no sentido de intervir no mundo do trabalho através da educação e da sua aproximação com a classe operária.

Em relação ao Brasil, as décadas de 1930 a 1960 constituem o período em que a Igreja, através do movimento da “Ação Católica”, implementa a sua política social, adota princípios, se articula com o Estado e elabora o seu discurso relativo ao trabalho urbano que orienta as suas ações educativas e culturais. As ações educativas e culturais operacionalizadas pela da igreja são nesse período são percebidas como expressão do catolicismo social, entendido no caso, como a intervenção política da Igreja romanizada no mundo do trabalho no Brasil, respaldada na encíclica de Leão XIII.

Os Círculos Operários Cristão, nessa conjuntura, representam, segundo (SOUZA, 1989), experiências de intervenção do catolicismo hierárquico no mundo do trabalho e a expressão da relação da Igreja com o estado entre os anos de 1930 a 1940. A partir 1932, com a difusão do circulismo, a Igreja Católica assume o papel educativo junto à classe trabalhadora sob orientação da fé cristã e da ordem.

As pesquisas sobre essas instituições expõem as contradições teóricas metodológicas, representadas basicamente por duas formas de abordagem da relação entre Igreja e Estado no Brasil. A primeira, a mais tradicional, consiste em perceber a Igreja Católica apenas como aparato ideológico, centradas no seu relacionamento com a política getulista, cuja leitura histórica é feita sob a lógica do populismo. Assim, atribuem, às ações do catolicismo um caráter conservador e alienante perante o operariado, que inibe a atuação da classe trabalhadora como sujeitos históricos em resistência ao capitalismo. Sobre essa ótica analisam os círculos operários como uma instituição conservadora e paternalista.

A segunda, vem se impondo como uma tendência teórico-metodológica inovadora que trabalha a inserção da Igreja no mundo do trabalho a partir da cultura católica. Nessa perspectiva (SOUZA, 1989), considera a Igreja Católica como um “corpo místico que se move no campo político”, dotada de tendências políticas e culturais. Considera a Igreja Católica como detentora de um projeto político próprio e que utiliza o estado como forma de concretizar seus objetivos institucionais. Ressalta, essa autora, a cultura como o objeto de mais importante de investigação no processo de intervenção da Igreja no mundo do trabalho.

De acordo com a ANPUH – Associação dos Professores Universitários de História, existem poucas produções acadêmicas relativas à história da ação social Igreja Católica entre os anos de 1965 a 1994. Trabalhos produzidos neste sentido até o final dos anos de 1980 têm se voltado para a redefinição do conceito de comunidade a partir da atuação da Igreja junto aos movimentos populares após o Concílio Vaticano II.

As pesquisas sobre a influência do catolicismo social na educação a partir do Círculo Operário pressupõe compreender o perfil institucional da Igreja Católica considerando o seu papel na modernização da sociedade brasileira a partir de 1930. Em relação à influência do discurso trabalhista cristão na educação, isto é, na formação e transmissão de valores junto à classe trabalhadora, SOUSA (1999) afirma que

a Igreja não reconheceu a pedagogia laica por considerá-la antinacional, destruidora da unidade histórica e espiritual da nação, mutiladora do sentido sobrenatural da vida e dos princípios religiosos da consciência, para erigir em seu lugar o dogma do Estado, sendo ela, portanto, a única portadora da legitimidade para a preservação do homem.

Tendo como cujo objeto da sua pesquisa a construção e exercício do discurso sobre o trabalho urbano no Brasil nos anos 30 e 40 a partir da análise da política social da igreja católica, princípios e a dinâmica da sua relação com o estado, a autora, abre espaços para a especificidade de uma investigação sobre a promoção da cultura e da educação pelos Círculos operários. Os discursos se materializam na prática e nos rituais dos circulistas, cujos valores e idéias, são difundidos e perpetuados entre eles através transmissão dos valores que se constituindo numa prática educativa.

A educação orientada pelo discurso se afirma como uma ação política do Catolicismo contra o avanço do liberalismo que não reconhecia a ação religiosa na sociedade civil. Buscando recuperar o espaço político, prestígio e privilégios perdidos com a abolição do padroado, a Igreja Católica busca a constituição de um poder voltado para a intervenção na esfera do espaço público, perdido durante o século XIX. Elabora seus discursos e suas ações culturais e educativas na busca de formar opinião junto ao operariado urbano.

No contexto metodológico a problematização do meu projeto de tese de doutorado, é centrado no relacionamento do Estado com a Igreja Católica, a partir da análise das ações culturais e educativas do Círculo Operário de Barbalha-CE na sua dimensão educativa e cultural.

As Concepções Teóricas Metodológicas Sobre a Relação Ente Estado e Igreja no Brasil, a Partir dos Círculos Operários

A relação entre Igreja Católica e Estado sob a lógica getulista, após 1930 se constitui outra forma de abordagem que caracterizam as pesquisas acadêmicas no Brasil. Tais trabalhos na concepção de BEOZZO (In: DIFEL, 1983) e KRISCHEK (1979) não percebem a Igreja como “Corpo Místico” dotada de uma verdade transcendente, sendo focalizada, apenas sob a “lógica da política getulista e, articulada com o populismo, como uma representação de aliança política entre dessa instituição e o estado.

A operacionalização do conceito de populismo numa outra perspectiva é abordada nas produções de ROMANO (Ob. Cit.) E LENHARO (1986), inovando as interpretações sobre essa temática a partir da análise da Igreja como Corpo Teológico, entendida como Corpo Místico. Segundo eles, a Igreja Católica tinha suas próprias estratégias e foram elas que orientaram as suas relações com o estado, além de defenderem que os interesses dessa instituição não podem ser analisados sob a ótica dos interesses do Estado.

As produções sobre circulismo no Brasil tem sido elaboradas a partir de experiências locais nas regiões sul e sudeste. Dessa forma, o estudo da intervenção política, cultural e educativa da igreja no mundo do trabalho no Nordeste a partir dessas experiências são desconsiderado pelas pesquisas acadêmicas. Questiona a estrutura e as ações assistencialista dos Círculos Operários, relacionados ao lazer, habitação e a saúde. Entendem a ação social dos círculos operários como uma forma de desarmar e inibir a capacidade dos operários como sujeitos da história. Analisa ainda as escolas circulistas, creches e os cursos profissionalizantes para os filhos dos operários.

Por outro lado, autores têm valorizado o circulismo como uma importante “experiência teórico-organizativa” da sociedade brasileira. As divergências no campo teórico-metodológico ocorrem com maior frequência em relação à forma de interpretação política-religiosa da Igreja Católica, que desconsidera a sua dimensão transcendental. Essas formas de abordagem ignoram a Igreja como um corpo místico participante da política na defesa e na concretização das suas aspirações, que transcende o mundo material.

SOUSA (1999) e ROMANO (1979), em suas obras não concebem a Igreja católica como agência ideológica, enfatizando a questão a inserção da igreja no mundo trabalho a partir da cultura católica e descentralizando-se das determinações conceituais do marxismo, tais como, infra-

estrutura e superestrutura. Nessa perspectiva apreendem essa realidade partir das “mediações culturais e normais” estabelecidas por E. Thompson.

Para VIANNA (1976) e GONELA (1947) o “ideário católico”, se afirma como expressão desse pensamento, que, segundo SOUSA (1999) tem nos círculos operários como uma das suas representações. Para a autora, o estudo do ideário católico torna-se indispensável às temáticas de pesquisas que envolvem essa instituição.

Nesse sentido os princípios doutrinários da Igreja católica

não admite que o Estado possa se considerar a fonte única do poder, da autoridade e da lei, desrespeitando os balizamentos impostos pela lei moral natural, pelas Leis de Deus, pelas leis da Igreja e pelas leis civis, corretamente elaboradas (Documento Syllabus anexo à Encíclica *Quanta Cura* de autoria do Papa Pio IX, apud Jobim)

Algumas produções definem ainda os círculos operários como uma expressão da constituição histórica da Igreja Católica. As experiências locais abordadas nas pesquisas sobre o circulismo, recorrem às décadas de 1930 e 1940 com ênfase na aliança entre estado e Igreja no Brasil firmado durante o governo de Vargas que patrocina a desmobilização da classe trabalhadora. Outros historiadores, no entanto, reconhecem a abordagem da prática educativa e cultural destas instituições como um dos fatores mais importantes na análise do circulismo, no entanto não se evidenciam pesquisas específicas no campo educacional sobre estas instituições.

Alguns autores têm procurado em seus trabalhos, mostrar os interesses comuns partilhados entre Igreja e Estado como fatores que viabilizaram o pacto entre as duas instituições, no ordenamento do mundo do trabalho no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas. Intencionam deslocar a discussão sobre o corporativismo para o plano político-cultural, consideradas dimensões mais importantes da ação da Igreja nas suas disputas políticas contextualizadas na intervenção do estado no mundo do trabalho.

GOMES (1986) evidencia o conjunto de interesses como fator de convergência a Igreja Católica e o governo Vargas. Aborda a ordenação do mundo do trabalho e a dominação política da máquina estatal, especificamente do Ministério do trabalho pelos católicos. Apresenta a Igreja como uma instituição que operacionalizava suas ações objetivando construir um poder. Fugindo do maniqueísmo

antigetulismo, coloca o corporativismo no contexto das disputas políticas que definem a concretização do projeto do estado em relação ao ordenamento do trabalho.

A resistência ao comunismo é também encontrada nas pesquisas de RAMALHO (1984) e de LOPES (1986). SOUSA (Ob. Cit.) enfatiza que o circulismo a partir da década de 1950 foi fortalecido ao se estruturar como proposta de organização dos trabalhadores, destacando-se diante dos conflitos no mundo do trabalho no Brasil. Para ela, o Círculo Operário Cristão define seu espaço de construção pedagógico-cultural. Importante papel educativo teve as Escolas de Líderes (ELO), inserindo-se no cotidiano dos trabalhadores, perdendo a sua parceria junto ao Ministério do Trabalho e se colocando através de palestras sobre as questões sociais junto aos trabalhadores. Nessa perspectiva, a autora corrobora com a hipótese por mim elaborada, de atribuir aos círculos operários importante papel na educação católica como forma de resistência e ideológica ao liberalismo e ao comunismo.

A mesma autora, define o início dos anos 60 como momento de aglutinação dos sindicatos democráticos em torno do movimento circulista, realidade enfatizada por MANFREDI (1986) que em sua pesquisa trata a educação sindical, como principal agência de formação e organização da classe operária. Nessa perspectiva, a pesquisa proposta, no meu projeto de Pesquisa sobre a Influência do Catolicismo na educação a partir do Círculo Operário de Barbalha, tem como preocupação identificar o papel da educação católica na operacionalização dos seus objetivos, no seu contexto de relação entre igreja e estado.

Para a autora o sentido mais globalizando é atribuído a LIMA (1942) e a VIANA(1976), consistindo em observar, que o estado, a partir desse momento deveria voltar-se para intervenção social, responsável pela organização sistemática das instituições para atenuar os conflitos entre patrões e trabalhadores, espiritualizando as relações de classes. RODRIGUES (1983) considera VIANNA (Ob. Cit) responsável pela teorização do modelo de organização sindical que prevaleceu na legislação trabalhista no Brasil.

Na produção historiográfica sobre os trabalhadores brasileiros, ainda são poucas as referências sobre os Círculos Operários Cristãos, sendo que, as existentes o consideram como um movimento sem autonomia e expressão no campo político, social e cultural. O Estado nesse contexto é apresentado como regulador das classes e do processo social. Trata-se de uma historiografia que percebe o estado como “demiurgo das classes sociais e do processo social” CRUZ (1981). Entre os autores que expressam essa concepção em suas obras encontramos

SIMÃO (1966), MARTINS (1979), SINGER (1971) e WEFFORT(1972). Estes autores concebem o estado como produtor de uma identidade externa, geradora da classe operária, condenada a ter uma atuação subalterna, manipulada pelas lideranças populistas, cujos interesses, eram antagônicas aos dos trabalhadores. As abordagens desses autores, justificadas no atraso do desenvolvimento brasileiro, não reconhecem os trabalhadores como classe social capaz de intervir como agentes históricos no processo político.

O caráter fascista e corporativo da legislação trabalhista espelhado na carta Del Lavoro, na ótica de alguns autores é um elemento importante no processo de compreensão do estado e na organização do operariado. Outros, na mesma perspectiva, partem da análise do processo de acumulação burguesa do capital. A partir destas concepções se justifica, o fortalecimento dos serviços do estado, dos seus aparatos ideológicos e repressivos em relação à sociedade civil, originando o autoritarismo.

As conquistas de cidadania, como a educação e o questionamento sobre o seu papel na construção da identidade coletiva não é objeto de preocupação desses autores. Para GOMES (Ob. Cit.) a abordagem teórico-metodológica desses autores consiste em enfatiza as questões relativas ao trabalho e do direito, ignorando a participação política dos trabalhadores. Desconsideram a acentuação das ações políticas dos trabalhadores como agentes históricos no Brasil a partir da década de 1930 e a suas conquistas de cidadania, apesar de estas, serem regulamentados pelo estado, conforme SANTOS (1979).

A intervenção do governo no sindicalismo no Brasil é objeto de reflexão RODRIGUES (Op. Cit). Segundo ele, os diferentes especialistas não têm uma interpretação sobre o significado da intervenção do governo no sindicalismo brasileiro. Intelectuais como BARROS (1969), apelam para importância de se ressaltar o caráter fascista e corporativo da legislação trabalhista, fundamentada na Carta Del Lavoro.

Outros autores como IANNI (1965) e OLIVEIRA (1972), adotam em suas análises a função do processo de acumulação do capital da burguesia industrial como o objeto. RODRIGUES (1966), considera a dificuldade de análise da política de Vargas sobre esse aspecto, justificada pela falta de uma política agrária, numa conjuntura onde a modernização da produção agrícola não era cogitada, na perspectiva de contemplar os trabalhadores rurais e a legislação trabalhista incorporar também as organizações patronais. O autor evidencia a preocupação com o fortalecimento do Estado, que se sobrepõe a à sociedade civil. No caso dos sindicatos, consideram como instituições criadas de cima

para baixo, de forma verticalizada. Contudo, argumenta a não existência de resistência do operariado à política de Getúlio Vargas, identificando-se, em termos de interesses, com a legislação trabalhista empreendida do seu governo.

GOMES (Ob. Cit) indica a convergência entre católicos e anarquistas, na defesa destes últimos, na mobilização e na defesa de leis que regulassem a ética trabalhista, incorporando a cidadania através dos direitos trabalhistas. Tanto GOMES (Ob. Cit) como MARTINS (Ob. Cit) reconhecem a palavra operária e suas ações como expressão classista. A primeira, opera o conceito de classe teoricamente fundamentada em THOMPSON (1987), como “fenômeno histórico”, que se efetiva nas relações humanas, que marca a história política de cada indivíduo, deixando de ser uma estrutura e uma categoria abstrata.

Para SOUZA (Ob. Cit), fora da perspectiva marxista, entende não ser possível reduzir e determinar a classe social a partir das relações com os meios de produção. Defende que o seu entendimento autora somente é possível através da análise da sua formação social e cultural. Segundo ela, “só existem classes porque há relações entre pessoas socialmente localizadas e localizáveis, sendo a consciência sobre esse conceito a forma como estas vivências são realizadas nas tradições, valores, idéias ou Instituições”. Assim, segundo a autora, deve-se pensar a “consciência possível” condicionada por um determinado momento histórico. A Igreja ao rejeitar a luta de classe, buscou releitura dos valores e tradição do catolicismo, pregando a igualdade dos homens perante Deus e justificando a divisão entre patrões e operários fazendo parte da sua vontade.

A periodização da história dos trabalhadores como classe e o papel do Estado, é objeto de preocupação da obra de PAOLI (1988), observando a recusa de apresentar as instituições vigentes como incorporadores da totalidade dos espaços da vida social, tais como partidos políticos, sindicatos, associações civis e o próprio Estado.

O período pos-30 geralmente é analisado com ênfase na organização e na política trabalhista no sentido corporativo e na atuação autoritária do Estado, pouco se detendo à investigação dos trabalhadores, como é o caso de MANUKATA (1981). O apoio da Igreja a política oficial é desconsiderada, atentando-se apenas a análise do intervencionismo e manipulação do Estado, é o caso de PINHEIRO (1981). Trabalhos como os de PAOLI e CASTRO, tem possibilitado a reflexão sobre os mecanismos de aceitação a partir da vivência cultural e dos setores sociais inseridos no contexto da política trabalhista. Por outro lado, autores clás-

sicos como RODRIGUES (1969) e RODRIGUES (1966), percebem em suas leituras o uso igreja como suporte ideológico do estado, como parte de uma estratégia maquiavélica.

A abordagem dessa temática em artigos de revistas e jornais religiosos produzidos pela intelectualidade católica, cujos textos exaltam a experiência circulista, bem como produções oficiais do movimento em forma de folhetos, jornais, apostilas e outras das federações e confederações dos trabalhadores, também representam importantes documentos historiográficos relativos à temática. Entre estas, incluem-se as Revistas católicas, tais como, “*A Ordem*” e a “*Revista Eclesiástica Brasileira e Cultura Política*”, tendo como referência à doutrina social da Igreja e sobre a ética no trabalho.

Entre os intelectuais brasileiros, considera-se Alceu Amoroso Lima como o elaborador do pensamento filosófico sobre a questão do trabalhista no Brasil, expondo artigos e obras analíticas, fundamentadas na doutrina social da igreja, o significado do trabalho como fonte de identidade social e moral. A sua teoria representa o rompimento da nova ordem social da década de 1930, pautando-se num novo conceito de trabalho e de redefinição do papel do Estado, como um elemento capaz de promover a organização sistemática das instituições e a atenuação dos conflitos entre as classes. Essa forma de abordagem se insere no contexto das divergências e críticas, no entanto, contribui para as discussões entre os autores sobre intervenção da igreja e do estado no mundo do trabalho no Brasil. Coube a Oliveira Viana a teorização do padrão de organização sindical e que prevaleceu na legislação brasileira.

RAMIRES (1958) e SCHENEIDER (1965) e DUTRA (s.d.), intelectuais católicos e entusiastas do circulismo, publicaram artigos em jornais e revistas religiosas, relacionando esse movimento com a situação social do Brasil e o operariado. Os Trabalhos oficiais do circulismo, tais como os do padre BRETRANO (1936), idealizador do circulismo, e do padre DUTRA (1966), assistente nacional do movimento, se constituem referências no processo de investigação do circulismo. Somam-se à estas fontes, as publicações em folhetos, jornais e apostilas e outros meios pelas federações e confederações nacionais dos trabalhadores cristãos, além de artigos publicados pelas revistas, a *Ordem, Revista Eclesiástica Brasileira e Cultura Política*, relativos à doutrina social da igreja e à ética no trabalho.

Considerando essas diferentes formas de abordagem do catolicismo, a minha pesquisa de doutorado, se propõe a identificar, através de uma experiência local, as ações educativas e culturais do Circulismo como um movimento representativo do catolicismo social, legitimada pela hierarquia da

Igreja romanizada. Nessa perspectiva, a investigação, buscará analisar os valores e as formas de operacionalização da cultura e da educação circulista em Barbalha na perspectiva de perceber como ela se identifica com essas tendências.

As experiências locais de intervenção do catolicismo na educação que antecederam a experiência dos círculos operários serão consideradas como processo de construção de ambiente de recepção ao papel educativo de ação católica a partir da década de 1930. Tais experiências são representadas pela Casas de Caridade pelo Padre Ibiapina, pelo Gabinete de Leitura de Barbalha e na Liga Barbalhense contra o Analfabetismo e pela fundação do Grupo Escolar Martiniano de Alencar.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Thales. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978.

AZZI, Riolando. Trajetória da Educação Católica no Brasil (1844 a 1944) in: <http://www.eduline.com.br/aec/trajetoria/apoiada.htm>

BADARÓ, Murilo, *Gustavo Capanema – A Revolução na Cultura*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000. Publicado no Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, 5 de agosto de 2000. In: <http://www.jb.com.br/ideias.html>

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Ibrades, 1974. 3v. (Coleção Temas Brasileiros) Carta de princípios doutrinários e programáticos do movimento circulista.

CAVA, Ralph Della. Igreja e Estado no Brasil do século XX; sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro. *Estudos Cebrap*. São Paulo : Ed. Brasileira de Ciência, 1972

CAVALIERE, Ana Maria. *A educação integral na obra de Anísio Teixeira* In: <http://www.unirio.br/cch/neephi/boletim/arquivos/educinteganisio.doc>

Cem anos de sindicalismo In: http://www.comerciarior.com.br/Diversos/cem_anos.htm

Dom Antonio Macedo Costa. São Paulo. Edições Loyola CEPEHIB, 1982.

Histórico do Circulismo. *O que é a Fetcesp?* A Federação de Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo – FETCESP In: *Igreja Católica no Brasil* In: <http://geocities.yahoo.com.br/vinicrashbr/historia/brasil/igrejacatolicano brasil.htm>

Igreja Católica no Brasil. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Cat%C3%A9lica_no_Brasil

SOUSA, Jessie Jane Vieira. de tese de doutoramento intitulada *Da transcendência à disciplina: os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964)*, UFRJ 1998. Tese de Dotorado

- JOBIM, Everton. A *igreja católica e as ideologias políticas*. In: <http://www.veritatis.com.br/artigo.asp?pubid=2247>.
- MARIANO, Ricardo. *Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso*. In: <http://>
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo. Edusp, 1974
- OLIVEIRA, Marcos Marques de. *As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino*. (Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação) vol.12 no.45 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2004. In: <http://>
- PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a igreja e o estado no Brasil*. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. In: Revista Brasileira de História. Vol.22 nº.44 S Paulo 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família publicado em *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Vol.37, Maio, 1980. In: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estatuto.htm>.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Igreja Católica e política no Brasil*. In: http://www.fpa.org.br/td/td40/td40_sociedade.htm.
- LEÃO XIII, Papa. *Encíclica Rerum Novarum de sua Santidade o Papa Leão XIII – sobre a condição dos operários*. Imprensa Nacional, 1941. Edição comemorativa do cinquentenário de sua publicação.
- MAINWARING, Scott. *Igreja e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- MONTEIRO, Norma Gouveia de Melo de Matos. *Alceu Amoroso Lima. Idéia, vontade, ação da intelectualidade católica no Brasil*. Dissertação de Mestrado -PUC/RJ, 1992;
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Cristianismo e revolução*. São Paulo: Global, 1981.
- WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1973

NOTAS

¹ Professor da Universidade Reguional do Cariri e doutorando do curso de Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC – josiers@hotmail.com